

## **DA NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA LEI QUE REGULAMENTE O DIREITO DE POSSE DOS METEORITOS NO BRASIL**

*Maria Elizabeth Zucolotto<sup>1</sup>; João Carlos Ferreira<sup>2</sup>; Ariadne do Carmo Fonseca<sup>3</sup>*

<sup>1</sup> MUSEU NACIONAL/UFRJ; <sup>2</sup> MUSEU NACIONAL/UFRJ; <sup>3</sup> MUSEU NACIONAL

**RESUMO:** O aumento do comércio de meteoritos em todo o mundo tem levantado questões sobre o direito de posse destes objetos que caem aleatoriamente em todo o planeta. Por se tratar de um objeto extraterrestre não se enquadra nas leis existentes que regulamentam a extração mineral, também não se enquadram nas leis de fósseis embora possam ser considerados verdadeiros “fósseis” do sistema solar. O direito de propriedade dos meteoritos não é padronizado: em alguns países, são dos donos das terras; em outros, de quem achar; e em alguns poucos do Estado. Na Comunidade Britânica e EUA a lei prevê que os meteoritos são de propriedade do dono das terras. Muitos países para terem seus meteoritos de volta apelam para a lei de propriedade cultural da convenção da UNESCO considerando-os como patrimônio arqueológico. Nos Estados Unidos os meteoritos encontrados em terras federais pertencem ao Smithsonian Institution, não surpreendentemente muito poucos meteoritos foram achados em terras federais. Na Argentina os meteoritos pertencem ao governo, contudo um dos meteoritos mais comercializados do mundo é o Campo del Cielo que é argentino, o mesmo ocorre na Namíbia onde é ilegal exportar meteoritos, mas apesar da “proibição” oficial, o meteorito Gibeon é amplamente exportado sendo tão comum quanto o Campo del Cielo. No Brasil não existe ainda nenhuma lei que estabeleça a propriedade dos meteoritos. Ninguém que tenha um meteorito vai querer doar nos dias de hoje para uma instituição científica, pois a informação digital já chegou em todos os cantos do Brasil e quem recupera um meteorito sempre procura se informar sobre seu valor comercial. Devemos considerar que existem questões legais e éticas que nós curadores enfrentamos tentando evitar sem recursos para compra que os meteoritos sejam desviados para o mercado. Temos diversos meteoritos no Brasil em que os donos querem vender, outros já estão sendo comercializados diretamente com os dealers de todo mundo sem que se saiba os procedimentos legais. O comércio de meteoritos, embora pareça algo que não deva ser estimulado por razões éticas, tem sido comprovadamente benéfico, principalmente quando os comerciantes vão em busca de novos meteoritos no campo. Para que um meteorito seja aprovado pelo comitê de nomenclatura do Meteoritical Society uma quantidade mínima de 20g ou 20% do meteorito, a que for menor, deve ficar em depósito numa instituição científica. Gostaríamos que no Brasil fosse regulamentada uma lei referente à posse e comercialização dos meteoritos com os seguintes intuitos: (1) incentivar a busca de meteoritos pela população com incentivos razoáveis para os descobridores, mas que uma amostra maior que a obrigatória internacionalmente seja depositada em um museu brasileiro (2) que seja obrigatório que os meteoritos encontrados no Brasil sejam reconhecidos por instituições brasileiras com o devido depósito; (3) criar sistemas de licenciamento de exportação eficiente que permita o intercâmbio de amostras inclusive para pesquisa; e (4) recuperar pelo menos uma amostra dos meteoritos brasileiros que foram totalmente exportados baseados na lei de propriedade cultural da convenção da UNESCO.

**PALAVRAS-CHAVE:** METEORITOS; REGULAMENTAÇÃO; COMÉRCIO.